

Art. 47.º Os serviços da província continuam a reger-se pelos seus diplomas orgânicos actualmente em vigor, nos quais serão introduzidas as alterações necessárias à sua adaptação ao sistema estabelecido pela Lei Orgânica do Ultramar e por este estatuto.

Art. 48.º O presente estatuto entrará em vigor em todo o território da província no dia 1 de Agosto de 1955, observando-se o seguinte:

a) O governador providenciará para que o Conselho de Governo possa funcionar ainda no corrente ano, na época prevista pelo artigo 27.º, sem dependência dos prazos estabelecidos neste estatuto;

b) A secção permanente do Conselho de Governo começará a funcionar com a sua nova constituição a partir da primeira reunião do Conselho de Governo, mantendo até essa data a sua actual competência;

c) O primeiro dos períodos referidos no artigo 20.º terminará em 31 de Dezembro de 1958.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Julho de 1955. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe. — *M. M. Sarmento Rodrigues*.

Decreto n.º 40 225

As bases v e xcii da Lei n.º 2066, de 27 de Junho de 1953 (Lei Orgânica do Ultramar) mandam decretar o estatuto político-administrativo de cada uma das províncias ultramarinas.

Nestes termos, ouvidos o governador-geral e o Conselho de Governo da província de Angola, e bem assim o Conselho Ultramarino;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

ESTATUTO DA PROVÍNCIA DE ANGOLA

CAPITULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º A província de Angola abrange o território português situado na parte ocidental do continente africano ao sul do equador.

Art. 2.º A província de Angola é pessoa colectiva de direito público e goza de autonomia administrativa e financeira, de harmonia com a Constituição Política, a Lei Orgânica do Ultramar e o presente estatuto.

§ único. A capital da província é a cidade de Luanda.

Art. 3.º A representação da província compete ao governador-geral ou, para actos determinados, a quem este designar. A representação nos tribunais far-se-á nos termos da base LXVI da Lei Orgânica do Ultramar.

CAPITULO II

Órgãos de governo próprios da província

Art. 4.º Os órgãos de governo próprios da província são o governador-geral, o Conselho Legislativo e o Conselho de Governo, que se regerão pelas disposições respectivas da Lei Orgânica do Ultramar e do presente estatuto.

§ único. O governador-geral será coadjuvado no exercício das suas funções executivas pelo secretário-geral e poderá sê-lo também por dois secretários provinciais.

SECÇÃO I

Do governador-geral

СУБСЕКЦІЯ I

Disposições gerais

Art. 5.º O governador-geral é, em todo o território da província, o mais alto agente e representante do Governo da Nação Portuguesa e goza das honras que competem aos Ministros do Governo da República, tendo precedência sobre todas as entidades civis e militares que sirvam ou se encontrem naquele território, excluindo o Presidente da República, o Presidente do Conselho, o Presidente da Assembleia Nacional, o Presidente da Câmara Corporativa, os Ministros e os Subsecretários de Estado.

§ 1.º A residência do governador-geral tem guarda militar permanente e nela será todos os dias, às horas regulamentares, solenemente içada e arriada a bandeira nacional. Nas cerimónias presididas pelo governador-geral executa-se o hino nacional desde que esteja presente banda de música.

§ 2.º O uniforme e os distintivos do governador-geral serão os estabelecidos nos diplomas competentes.

§ 3.º O depoimento, em juízo, do governador-geral ou do encarregado do Governo, como parte, declarante ou testemunha, quando prestado na província, será tomado na sua residência.

Art. 6.º O governador-geral não pode ausentar-se da província sem prévia autorização do Ministro do Ultramar e quando haja de sair, com demora, da sede do Governo para qualquer ponto do território comunicá-lo-á telegraficamente ao Ministro do Ultramar.

Art. 7.º O governador-geral terá um chefe de gabinete e dois secretários, podendo um deles ser substituído por um ajudante de campo.

§ único. A patente do ajudante de campo não poderá ser superior à de capitão ou primeiro-tenente.

СУБСЕКЦІЯ II

Da função legislativa do governador-geral

Art. 8.º A competência legislativa do governador-geral abrange todas as matérias que interessem exclusivamente à província e não sejam da competência doutro órgão central ou provincial.

Art. 9.º A competência legislativa do governador-geral será exercida, por via de regra, conforme o voto do Conselho Legislativo.

§ 1.º No intervalo das sessões ordinárias do Conselho Legislativo, e não estando este reunido em sessão extraordinária, poderá o governador-geral publicar diplomas legislativos, ouvido o Conselho de Governo.

§ 2.º Se o governador-geral discordar do voto do Conselho Legislativo, deverá submeter a divergência a resolução do Ministro do Ultramar, dentro dos oito dias seguintes à votação, para efeitos do que se dispõe no n.º iv da base xxiv da Lei Orgânica do Ultramar, dando do facto conhecimento ao Conselho Legislativo, bem como da decisão final do Ministro.

Art. 10.º No exercício das funções legislativas o governador-geral expede diplomas legislativos, que serão publicados no *Boletim Oficial*, precedidos, em regra, de preâmbulo justificativo.

§ único. Do preâmbulo dos diplomas constará o voto do Conselho Legislativo ou o seu suprimento pelo Ministro do Ultramar.

СУБСЕКЦІЯ III

Da função executiva do governador-geral

Art. 11.º Compete ao governador-geral, relativamente à administração da província, exercer os poderes de auto-

ridade superior que a Lei Orgânica do Ultramar lhe confere, praticando todos os actos que a lei lhe atribua ou que não sejam da competência exclusiva doutro órgão central ou provincial.

Art. 12.º No uso das suas funções executivas, compete especialmente ao governador-geral:

1.º Representar na província o Governo da República;

2.º Executar e fazer executar as disposições legais em vigor e as ordens e instruções do Ministro do Ultramar e usar, para os fins legais e no interesse público, dos poderes que por ele lhe forem delegados;

3.º Ter o Ministro do Ultramar constantemente ao corrente dos casos e assuntos que se relacionem com a administração da província;

4.º Assegurar a nacionais e estrangeiros, no território da província, os direitos e garantias individuais dos cidadãos, nos termos das leis em vigor e dos interesses e conveniências da soberania nacional;

5.º Garantir a liberdade, plenitude de funções e independência das autoridades judiciais;

6.º Nomear, contratar, promover, exonerar ou demitir, nos termos legais, os funcionários públicos cujas nomeações ou contratos não sejam da competência do Ministro do Ultramar ou doutras entidades;

7.º Distribuir os funcionários pelos lugares da categoria que lhes couberem e transferi-los dentro da província;

8.º Exercer o poder disciplinar sobre os funcionários públicos ou agentes equiparados;

9.º Conceder as licenças previstas na lei aos funcionários em serviço na província, excepto as registadas e ilimitadas àqueles cuja nomeação não seja da sua competência;

10.º Ordenar inspecções, sindicâncias ou inquéritos: aos serviços públicos dele dependentes, compreendendo os serviços autónomos e os corpos administrativos; às pessoas colectivas de utilidade pública administrativa; aos organismos corporativos e de coordenação económica e a todos os funcionários, com excepção dos magistrados judiciais e do Ministério Público e dos oficiais de justiça que não lhe competir nomear;

11.º Solicitar sindicâncias ou inquéritos aos magistrados do Ministério Público e aos oficiais de justiça que não lhe competir nomear, sempre que o entenda conveniente;

12.º Exercer atribuições de polícia geral, por si e pelas autoridades suas subordinadas;

13.º Visitar frequentemente os diferentes pontos do território, inquirindo sobre as necessidades gerais e recebendo as reclamações e petições que lhe forem apresentadas;

14.º Vigiar o funcionamento de todos os serviços públicos, adoptando ou propondo as providências que devam melhorá-los;

15.º Receber e expedir rogatórias para diligências judiciais;

16.º Levantar conflitos de jurisdição e competência, nos termos das leis e regulamentos em vigor;

17.º Mandar apresentar no Ministério do Ultramar, salvo as restrições gerais quanto aos magistrados judiciais em exercício, os funcionários cuja presença no território da província seja inconveniente por grave razão de interesse público;

18.º Dirigir superiormente a preparação do mapa de avaliação das receitas da província, a que se refere o n.º II da base LVIII da Lei Orgânica do Ultramar, e enviá-lo ao Ministério do Ultramar, acompanhado dos necessários elementos de informação;

19.º Submeter à aprovação do Conselho Legislativo o projecto de diploma legislativo para definição dos

princípios a que deve obedecer o orçamento na parte das despesas cujo quantitativo não seja determinado por lei ou contrato preexistente;

20.º Apresentar à votação do Conselho de Governo o projecto de orçamento e mandá-lo executar por portaria;

21.º Transferir verbas, nos termos legais, por meio de portaria justificativa;

22.º Exercer as funções de ordenador das despesas, nos termos legais;

23.º Determinar, nos termos legais e dentro do próprio ano económico, a execução de obras devidamente projectadas e de reparações, a prestação de serviços e a aquisição de materiais, quando devam ser pagas por verbas inscritas na tabela de despesa ordinária do orçamento geral e não importem despesa superior a 2.000.000\$, e bem assim aprovar os contratos respectivos, ouvidos sobre a parte técnica os organismos competentes;

24.º Fixar a importância dos fundos permanentes que, se for indispensável, devam constituir depósito confiado a quaisquer serviços, indicar o responsável pelo fundo e exigir caução, sempre que não haja conselho ou comissão administrativa;

25.º Autorizar o assalariamento do pessoal necessário ao serviço público, dentro das verbas orçamentais, segundo os salários correntes;

26.º Resolver sobre abonos de quaisquer vencimentos derivados de situações ou serviços na província, não se devolvendo, em caso algum, a competência ao Ministro, e cabendo apenas recurso contencioso de actos praticados no exercício desta faculdade;

27.º Resolver, ouvido o director dos Serviços de Fazenda, os casos em que, sobre ordenamento de despesas, os governadores de distrito tiverem discordado do parecer do chefe dos serviços distritais de Fazenda;

28.º Promover o melhoramento das condições morais e materiais de vida dos indígenas, o aperfeiçoamento das suas aptidões e faculdades naturais e, de uma maneira geral, a sua educação, instrução, segurança e progresso;

29.º Estabelecer, alterar ou suprimir todas e quaisquer taxas e impostos que recaiam sobre indígenas e regular os respectivos serviços de recenseamento e cobrança;

30.º Fiscalizar superiormente o modo por que é realizada a política indígena e designadamente velar pelo cumprimento das leis e preceitos tendentes à defesa das pessoas, da liberdade do trabalho, das propriedades, singulares ou colectivas, e dos usos e costumes dos indígenas que devam ser observados;

31.º Exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelas leis e regulamentos em vigor.

§ 1.º Incorrerá em responsabilidade civil e criminal o governador que, por sua iniciativa ou contra informação dos funcionários competentes, ordenar despesas não previstas nas tabelas orçamentais ou de importância superior à fixada ou para aplicações diferentes das prescritas nas rubricas orçamentais.

§ 2.º O governador-geral poderá, por meio de portaria publicada no *Boletim Oficial*, delegar, sob sua responsabilidade, nos governadores de distrito e nos directores dos serviços as atribuições relativas às despesas correntes de administração e ao assalariamento de pessoal eventual.

Art. 13.º Compete ainda ao governador-geral, no uso das suas funções executivas, ouvido o Conselho de Governo:

1.º Regulamentar a execução das leis, decretos-leis, decretos e demais diplomas vigentes na província que disso careçam;

2.º Exercer a acção tutelar prevista na lei sobre os corpos administrativos e as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;

3.º Proceder à distribuição, conforme os distritos e as demais divisões administrativas, dos fundos consignados no orçamento geral para a execução de obras, melhoramentos ou quaisquer serviços especiais;

4.º Fixar, até ao limite de dois duodécimos da receita anual, a importância e as condições de emissão de empréstimos internos, amortizáveis até ao fim do exercício em curso e destinados a suprir deficiências de tesouraria, desde que não exijam caução ou garantias especiais;

5.º Aprovar os estatutos e regulamentos dos organismos corporativos e de outras pessoas colectivas cuja aprovação não pertença a outra entidade;

6.º Suspender, em portaria devidamente fundamentada, quando ocorram razões graves, a execução de posturas, regulamentos e outros diplomas de carácter fiscal, policial ou meramente administrativo, elaborados ou mandados executar pelos corpos administrativos e pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;

7.º Estabelecer, alterar ou suprimir taxas, observados os preceitos legais, que digam respeito ao aproveitamento e utilização dos bens ou serviços da província;

8.º Fazer, dentro da sua competência e nos termos dos diplomas legais em vigor, concessões que não envolvam direitos de soberania relativas a terras, minas, nascentes de águas minerais, exclusivos industriais, construção e exploração de estradas e pontes-cais, construção e exploração de obras para irrigação, drenagem e saneamento, regularização de cursos de água e aproveitamento de energia hidráulica, pescarias e direitos de pesca, carreiras de navegação fluvial e de cabotagem e qualquer sistema de viação não abrangido na base XI, n.º 15.º, alínea b), da Lei Orgânica do Ultramar;

9.º Regularizar a entrada, trânsito, residência e saída de nacionais e estrangeiros, em obediência aos princípios da lei geral e à defesa da soberania portuguesa;

10.º Determinar a expulsão ou recusar a entrada a nacionais ou estrangeiros, se da sua presença ou entrada resultarem graves inconvenientes de ordem interna ou internacional;

11.º Dissolver os corpos administrativos e as direcções das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, nos casos e termos da lei. Na portaria que determinar a dissolução declarar-se-ão os motivos dela e mandar-se-á proceder a nova eleição no prazo legal;

12.º Conceder às povoações em condições de o receberem os forais de vilas e cidades;

13.º Exercer a competência definida no n.º 23.º do artigo 12.º, sempre que a despesa for superior a 2:000.000\$.

§ único. Os corpos administrativos e as direcções das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa a respeito das quais o governador-geral use da faculdade prevista no n.º 6.º deste artigo podem, em sessão para esse fim especialmente convocada, lavar protesto, do qual será dado conhecimento ao Ministro do Ultramar, para resolução final.

Art. 14.º No exercício das suas funções executivas, o governador-geral expede portarias, que fará publicar no *Boletim Oficial*.

Art. 15.º O governador-geral deve apresentar ao Ministro do Ultramar anualmente o relatório do seu governo e administração relativo ao ano anterior.

SUBSECÇÃO IV

Dos secretários provinciais e do secretário-geral

Art. 16.º O governador-geral pode propor ao Ministro do Ultramar a nomeação de dois secretários pro-

vinciais, nos quais poderá delegar as funções executivas que entender, exceptuadas as relativas à administração financeira.

§ 1.º Os secretários provinciais terão a categoria de inspector superior de administração ultramarina e as suas funções cessarão com a exoneração do governador-geral.

§ 2.º As nomeações recairão em pessoa com curso superior.

§ 3.º As atribuições dos secretários provinciais serão reguladas pelo governador-geral em portaria de que constem os limites da delegação que recebem.

Art. 17.º Haverá na província um secretário-geral, no qual o governador-geral poderá delegar as suas funções executivas, especialmente as respeitantes ao expediente geral e ao domínio da administração política e civil, observados os limites a que se refere a parte final do corpo do artigo anterior.

§ 1.º O secretário-geral terá a categoria de inspector superior de administração ultramarina. A sua nomeação é da competência do Ministro do Ultramar, ouvido o governador-geral, e recairá em pessoa com curso superior.

§ 2.º As funções do secretário-geral serão definidas pelo governador-geral por meio de portaria.

SECÇÃO II

Do Conselho Legislativo

SUBSECÇÃO I

Da competência e composição do Conselho Legislativo

Art. 18.º Compete ao Conselho Legislativo:

a) Pronunciar-se sobre os projectos de diplomas legislativos;

b) Emitir parecer nos casos previstos na lei e sobre todos os assuntos que lhe forem submetidos pelo Ministro do Ultramar ou pelo governador-geral;

c) Elaborar o seu regimento interno.

Art. 19.º O Conselho Legislativo é constituído por vinte e seis vogais, sendo dezoito eleitos e oito nomeados.

Art. 20.º A eleição dos vogais será feita com observância do seguinte:

a) Um será eleito pelos contribuintes, pessoas singulares de nacionalidade portuguesa, recenseados com o mínimo de contribuições directas anuais de 10.000\$;

b) Um será eleito pelos organismos corporativos representativos das entidades patronais e associações de interesses económicos;

c) Um será eleito pelos organismos corporativos representativos dos trabalhadores;

d) Dois serão eleitos pelos organismos representativos dos interesses morais e culturais, devendo um deles ser sempre um missionário católico;

e) Dois serão eleitos pelos corpos administrativos;

f) Onze serão eleitos por sufrágio directo dos cidadãos inscritos nos cadernos gerais de recenseamento eleitoral.

§ 1.º O governador-geral fará publicar no *Boletim Oficial* uma lista donde conste a indicação dos organismos a que se referem as alíneas b), c), d) e e) do corpo do artigo, até sessenta dias antes da data marcada para as eleições.

Da omissão de qualquer organismo ou associação cabe recurso para o Ministro do Ultramar, que resolverá em definitivo.

§ 2.º Os vogais a que se refere a alínea f) do corpo do artigo serão eleitos um por cada um dos seguintes círculos:

1.º círculo — Distritos de Cabinda e Congo;

2.º círculo — Distrito de Cuanza-Norte;

- 3.º círculo — Distrito de Luanda;
- 4.º círculo — Distritos de Malanje e Lunda;
- 5.º círculo — Distrito de Cuanza-Sul;
- 6.º círculo — Distrito de Moxico;
- 7.º círculo — Distrito do Bié-Cuando-Cubango;
- 8.º círculo — Distrito de Huambo;
- 9.º círculo — Distrito de Benguela;
- 10.º círculo — Distrito de Huíla;
- 11.º círculo — Distrito de Moçâmedes.

Art. 21.º O governador-geral nomeará livremente seis vogais para o Conselho Legislativo, devendo, pelo menos, três ser escolhidos de entre os directores de serviços e funcionários superiores ou equiparados.

§ 1.º O Conselho de Governo designará dois vogais para representação no Conselho Legislativo dos interesses das populações indígenas, os quais serão escolhidos de entre uma lista triplíce elaborada pelo governador-geral.

§ 2.º Os dois vogais a que se refere o parágrafo anterior contar-se-ão entre os nomeados nos termos do n.º III, alínea d), da base xxv da Lei Orgânica do Ultramar.

Art. 22.º A duração do mandato dos vogais do Conselho Legislativo, quer sejam eleitos quer sejam nomeados, é de quatro anos, contados a partir do início da primeira sessão ordinária, sendo sempre permitida a reeleição ou recondução.

§ único. No caso de preenchimento de vaga ocorrida durante o quadriénio, os vogais servirão até ao fim do mesmo quadriénio.

Art. 23.º As eleições devem realizar-se, pelo menos, trinta dias antes da primeira sessão do Conselho Legislativo e, em tudo quanto não estiver disposto neste estatuto, serão reguladas em portaria do governador-geral, ouvido o Conselho de Governo, publicada com a antecedência mínima de sessenta dias do acto eleitoral.

§ único. As vagas ocorridas durante o quadriénio serão preenchidas por meio de eleição realizada até sessenta dias depois da sua verificação.

Art. 24.º A nomeação dos vogais será feita em portaria publicada no *Boletim Oficial*, até oito dias antes da abertura da sessão ou, tratando-se do preenchimento de vaga ocorrida durante o quadriénio, dentro dos trinta dias seguintes à data da verificação da vaga.

Art. 25.º São condições de elegibilidade para o Conselho Legislativo:

- a) Ser cidadão português originário;
- b) Ser maior;
- c) Saber ler e escrever português;
- d) Residir na província há mais de três anos;
- e) Não ser funcionário do Estado ou dos corpos administrativos em efectividade de serviço, exceptuado o exercício de funções docentes.

§ 1.º Embora tenham as condições previstas neste artigo, não podem ser eleitos para o Conselho Legislativo:

- 1.º Os indivíduos que, por decisão com trânsito em julgado, não estejam no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos;
- 2.º Os falidos e insolventes não reabilitados;
- 3.º Os que se encontrem pronunciados definitivamente;
- 4.º Os que tiverem sofrido condenação por crime a que corresponda pena maior;
- 5.º Os que hajam sido demitidos por facto que importe desonestidade;
- 6.º Os que exercerem funções consulares ou estiverem empregados em consulados estrangeiros.

§ 2.º O disposto neste artigo é aplicável aos vogais a que se refere o artigo 21.º, com excepção do que consta da alínea e) do corpo do artigo, quanto aos directores de serviços e funcionários equiparados. Um

dos vogais representantes dos interesses das populações indígenas poderá ser funcionário público.

Art. 26.º As funções de vogal do Conselho Legislativo são obrigatórias e remuneradas, por cada reunião a que assistam, com uma senha de presença de valor igual à trigésima parte do vencimento mensal do director dos Serviços de Administração Civil;

§ 1.º Aos vogais que não residam na capital da província serão abonadas passagens e um subsídio a fixar em portaria do governador-geral.

§ 2.º Só é permitida a renúncia do mandato de vogal eleito ou a escusa de nomeação a quem estiver numa das seguintes situações:

- a) Ter idade superior a 60 anos;
- b) Estar impedido de assiduamente colaborar nos trabalhos do Conselho por motivo de doença devidamente comprovada;
- c) Estar inibido do regular desempenho do cargo por circunstância de força maior.

§ 3.º Compete ao próprio Conselho julgar a legitimidade dos impedimentos dos vogais e resolver sobre as renúncias e perdas de mandato.

Art. 27.º Perdem o mandato os vogais eleitos que:

- a) Faltem, sem justificação, a mais de metade das reuniões efectuadas em cada ano civil;
- b) Aceitem do Governo ou dos corpos administrativos emprego retribuído ou comissão remunerada, excepto tratando-se de comissão de estudo;
- c) Percam a nacionalidade portuguesa, fixem residência permanente fora da província ou sejam abrangidos por alguma das situações referidas no § 1.º do artigo 25.º

SUBSECÇÃO II

Do funcionamento do Conselho Legislativo

Art. 28.º O Conselho Legislativo é presidido pelo governador-geral ou por quem suas vezes fizer.

§ único. Por determinação expressa do governador-geral, a presidência poderá ser assumida por um dos vice-presidentes do Conselho de Governo, designado com observância das precedências estabelecidas no n.º I da base xxix da Lei Orgânica do Ultramar.

Art. 29.º O Conselho Legislativo funciona na capital da província, devendo ser postos à sua disposição os meios para tanto necessários.

§ 1.º As sessões serão públicas, salvo se, para salvaguarda de interesses superiores, o presidente, por iniciativa própria ou proposta fundamentada de qualquer vogal, determinar o contrário.

§ 2.º As actas das sessões públicas, logo depois de aprovadas, serão publicadas em anexo ao *Boletim Oficial*.

§ 3.º Das actas das sessões secretas será enviada, urgente e confidencialmente, cópia ao Ministro do Ultramar.

Art. 30.º O Conselho Legislativo funciona em sessões ordinárias e extraordinárias.

§ 1.º Haverá uma sessão ordinária em cada ano, dividida em dois períodos de trinta dias, com começo em 1 de Abril e 1 de Outubro, podendo o governador-geral prorrogar o segundo período por tempo não superior a trinta dias.

§ 2.º As sessões extraordinárias realizam-se quando o governador-geral as convocar, devendo ser dado imediato conhecimento da convocação ao Ministro do Ultramar.

§ 3.º Nos períodos de prorrogação das sessões ordinárias e nas sessões extraordinárias o Conselho só poderá ocupar-se dos assuntos expressamente indicados na ordem de prorrogação e no aviso de convocação.

Art. 31.º O Conselho Legislativo é convocado pelo presidente, por meio de aviso publicado no *Boletim Oficial* com oito dias de antecedência, mas em caso de urgência podem ser feitos avisos directos aos vogais com a maior antecedência possível.

§ 1.º O aviso deve indicar sempre, com toda a precisão, o motivo da convocação e o dia, hora e local das reuniões.

§ 2.º Não são válidos nem produzem quaisquer efeitos os actos praticados em reuniões que não sejam precedidas de convocação feita pela forma determinada neste artigo.

§ 3.º As sessões do Conselho Legislativo poderão assistir, sem voto, quaisquer entidades que, pela sua especial competência, possam prestar esclarecimentos sobre os assuntos em discussão.

Art. 32.º Os vogais do Conselho Legislativo não podem apresentar projectos de diplomas que envolvam aumento de despesa ou diminuição de receita criada por leis anteriores.

§ único. A apresentação de projectos de diplomas pelos vogais do Conselho de Governo depende de autorização do governador-geral, nos termos do n.º IV da base xxvi da Lei Orgânica do Ultramar.

Art. 33.º O Conselho Legislativo só pode funcionar estando presentes metade e mais um dos vogais que o compõem, incluindo o presidente.

§ 1.º As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos vogais.

§ 2.º Em caso de empate, o presidente tem voto de qualidade.

Art. 34.º O governador-geral mandará publicar, para serem cumpridos, os diplomas votados pelo Conselho Legislativo nos quinze dias seguintes àquele em que o diploma haja sido aprovado pelo Conselho.

Passado este prazo, considera-se adiada a publicação, por falta de concordância do governador-geral com o texto votado, seguindo-se os trâmites referidos no n.º IV da base xxiv da Lei Orgânica do Ultramar.

Art. 35.º Os vogais do Conselho Legislativo são invioláveis pelas opiniões que emitirem no exercício das suas funções, excepto:

a) Se manifestarem opiniões contrárias à unidade, integridade e independência da Nação;

b) Se incitarem à subversão violenta da ordem política e social;

c) Se difamarem, caluniarem ou injuriarem pessoas ou instituições, ultrajarem a moral pública ou provocarem publicamente ao crime.

§ 1.º No caso da alínea a) do corpo deste artigo deverá ser determinada a expulsão do Conselho, com perda do mandato.

Nos casos previstos nas alíneas b) e c) poderá ser determinada a mesma penalidade ou a suspensão do exercício de funções até um ano.

§ 2.º As infracções a que se refere este artigo serão apreciadas e as penas correspondentes aplicadas por uma comissão constituída pelo presidente do Conselho Legislativo, que presidirá, e por dois vogais, escolhidos pelo Conselho, um de entre os nomeados e outro de entre os eleitos.

§ 3.º O regimento interno do Conselho prescreverá o processo a seguir para a aplicação das penalidades.

§ 4.º O Conselho cominará para as infracções não previstas neste artigo penalidades não superiores à suspensão por trinta dias.

§ 5.º O preceituado neste artigo não prejudica o exercício da acção civil ou criminal pelos interessados, quando a elas houver lugar, nos termos da lei.

Art. 36.º O Conselho Legislativo emite simples pareceres, quando seja consultado pelo governador-geral, nos termos da alínea b) do artigo 18.º

Art. 37.º A dissolução do Conselho Legislativo pode ser determinada pelo Ministro do Ultramar, quando para isso houver razões de interesse superior.

§ 1.º A dissolução será proposta pelo governador-geral, com exposição pormenorizada das razões que a justifiquem.

§ 2.º A portaria ministerial que determinar a dissolução será publicada no *Boletim Oficial* e entrará imediatamente em vigor.

§ 3.º A eleição e a nomeação dos seus vogais efectuar-se-ão de acordo com o estabelecido na Lei Orgânica do Ultramar e no presente estatuto, dentro do prazo de sessenta dias, a contar da publicação no *Boletim Oficial* da portaria de dissolução.

Art. 38.º Do regimento interno do Conselho Legislativo devem constar:

a) A organização das comissões que forem consideradas necessárias;

b) A forma das votações;

c) A antecedência com que devem ser anunciados os assuntos a tratar antes da ordem do dia;

d) Os trâmites a observar para apresentação de projectos de diplomas legislativos e para a sua apreciação;

e) Os trâmites a observar para redacção final dos diplomas legislativos aprovados pelo Conselho;

f) As demais regras prescritas neste estatuto e todas as que forem consideradas necessárias ao funcionamento do Conselho.

SECÇÃO III

Do Conselho de Governo

Art. 39.º Junto do governador-geral, e por ele presidido, funcionará o Conselho de Governo.

§ único. O governador-geral, em relação ao Conselho de Governo, dispõe, na parte aplicável, da competência que lhe pertence como presidente do Conselho Legislativo.

Art. 40.º O Conselho de Governo assistirá ao governador-geral no exercício das suas funções executivas, competindo-lhe emitir parecer em todos os casos previstos na lei e, de um modo geral, sobre todos os assuntos que para esse fim lhe forem apresentados pelo governador-geral.

Art. 41.º O Conselho de Governo é constituído pelos secretários provinciais, secretário-geral, comandante militar, procurador da República, director dos Serviços de Fazenda e dois dos vogais eleitos do Conselho Legislativo, designados anualmente pelo governador-geral.

§ 1.º Os secretários provinciais e o secretário-geral são os vice-presidentes do Conselho de Governo e serão substituídos nas suas faltas, ausências e impedimentos pelo comandante militar, se estiver presente, ou pelo vogal oficial mais antigo em serviço na província.

§ 2.º A nomeação dos dois vogais mencionados no final do corpo do artigo e a designação dos vogais substitutos a que se refere o n.º II da base xxix da Lei Orgânica do Ultramar serão feitas por portaria.

§ 3.º O governador-geral poderá convocar para assistir às reuniões do Conselho de Governo as pessoas cuja presença reputar conveniente para esclarecimento de assuntos que nele devam ser tratados.

§ 4.º O que se dispõe nos artigos 22.º, 25.º e 35.º é aplicável aos dois vogais nomeados.

Art. 42.º O Conselho de Governo reunirá sempre que for convocado pelo governador-geral ou por quem suas vezes fizer e pode deliberar desde que esteja presente a maioria dos vogais.

Art. 43.º As sessões do Conselho não são públicas, excepto quando nelas sejam discutidos projectos de diplomas legislativos, e delas serão lavradas actas, que,

depois de aprovadas, se enviarão, por cópia, ao Ministro do Ultramar.

CAPITULO III

Dos serviços de administração da província

Art. 44.º Os serviços de administração da província compreendem:

- 1) A Repartição de Gabinete;
- 2) A Secretaria-Geral;
- 3) As direcções provinciais de serviços;
- 4) Os serviços autónomos;
- 5) As divisões de serviços integradas em serviços nacionais;
- 6) Os outros serviços dotados de organização especial.

Art. 45.º A Repartição de Gabinete funciona sob a directa superintendência do governador-geral e executa os trabalhos de que for por ele encarregada.

§ único. A Repartição de Gabinete compete também assegurar o expediente próprio dos secretários provinciais.

Art. 46.º A Secretaria-Geral funciona sob a directa superintendência do secretário-geral, competindo-lhe assegurar o expediente de todos os assuntos da competência do secretário-geral e, bem assim, todos aqueles que, por lei, não sejam da competência de qualquer outro serviço.

Art. 47.º Na província haverá as direcções provinciais de serviços a seguir discriminadas:

- 1) Administração Civil;
- 2) Agricultura e Florestas;
- 3) Agrimensura;
- 4) Alfândegas;
- 5) Economia e Estatística Geral;
- 6) Fazenda e Contabilidade;
- 7) Geologia e Minas;
- 8) Instrução;
- 9) Marinha;
- 10) Negócios Indígenas;
- 11) Obras Públicas e Transportes;
- 12) Saúde e Higiene;
- 13) Veterinária.

Art. 48.º Os serviços autónomos, as divisões de serviços integradas em serviços nacionais, os serviços de Polícia de Segurança Pública ou outros com organização militarizada regem-se pelos diplomas especiais que que lhes digam respeito.

Art. 49.º A organização dos serviços públicos na província deve basear-se na divisão administrativa, podendo, porém, ser determinado para aquele fim o agrupamento de distritos, concelhos ou circunscrições.

CAPITULO IV

Da administração local

Art. 50.º O território da província divide-se em concelhos e circunscrições, agrupados em distritos, cujas denominações e sedes são as seguintes:

- 1) Distrito de Cabinda, com sede em Cabinda;
- 2) Distrito do Congo, com sede em Vila Carmona;
- 3) Distrito de Luanda, com sede em Luanda;
- 4) Distrito de Cuanza-Norte, com sede em Vila Salazar;
- 5) Distrito de Cuanza-Sul, com sede em Novo Redondo;
- 6) Distrito de Malanje, com sede em Malanje;

- 7) Distrito da Lunda, com sede em Vila Henrique de Carvalho;
- 8) Distrito de Benguela, com sede em Benguela;
- 9) Distrito de Huambo, com sede em Nova Lisboa;
- 10) Distrito do Bié-Cuando-Cubango, com sede em Silva Porto;
- 11) Distrito de Moxico, com sede em Vila Luso;
- 12) Distrito de Moçâmedes, com sede em Moçâmedes;
- 13) Distrito de Huila, com sede em Sá da Bandeira.

Art. 51.º As áreas dos distritos referidos no artigo anterior abrangerão as dos concelhos e circunscrições a seguir indicados:

1) Distrito de Cabinda: concelho de Cabinda, Cuanzongos e circunscrição do Maiombe;

2) Distrito do Congo: concelho do Bembe, concelho de Ambrizete, concelho da Damba, concelho do Pombo, concelho de Santo António do Zaire, circunscrição de Noqui, concelho de S. Salvador do Congo, concelho do Zombo, circunscrição do Cuango e circunscrição do Macocolo;

3) Distrito de Luanda: concelho de Luanda, concelho de Icolo e Bengo, concelho do Dande, concelho de Ambriz e concelho de Quiçama, com excepção do posto de Quichinge e Mumbondo;

4) Distrito de Cuanza-Norte: concelho de Cazengo, concelho de Cambambe (acrescido do posto de Quichinge, actualmente pertencente ao concelho de Quiçama), concelho de Ambaca, concelho dos Dembos e concelho do Golungo Alto;

5) Distrito de Cuanza-Sul: concelho de Novo Redondo, concelho de Amboim, concelho de Libolo, concelho de Porto Amboim (acrescido do posto de Mumbondo, actualmente pertencente ao concelho de Quiçama), concelho de Quibala e concelho de Seles;

6) Distrito de Malanje: concelho de Malanje, concelho de Cacuso, circunscrição do Duque de Bragança, circunscrição do Songo, circunscrição do Bondo e Bangala e circunscrição do Cambo;

7) Distrito da Lunda: circunscrição de Camaxilo, circunscrição de Minungo, circunscrição do Chitato, circunscrição de Saurimo e circunscrição de Cassai-Sul;

8) Distrito de Benguela: concelho de Benguela, concelho do Lobito, concelho da Ganda e circunscrição do Balombo;

9) Distrito de Huambo: concelho do Huambo, concelho do Bailundo e concelho da Caala;

10) Distrito do Bié-Cuando-Cubango: concelho do Bié, concelho do Andulo, concelho de Camacupa, circunscrição do Alto Cuanza, circunscrição de Menongue, circunscrição do Cuito-Cuanavale, concelho de Chinguar, circunscrição do Baixo Cubango e circunscrição do Cuando;

11) Distrito de Moxico: concelho de Moxico, concelho do Dilolo, circunscrição do Alto Zambeze, circunscrição dos Bundas e circunscrição dos Luchazes;

12) Distrito de Moçâmedes: concelho de Moçâmedes, concelho de Bibala e concelho de Porto Alexandre;

13) Distrito de Huila: concelho do Lubango, concelho da Chibia, concelho de Quilengues, concelho de Caconda, circunscrição do Alto Cunene, circunscrição das Ganguelas, circunscrição dos Cambos, circunscrição do Baixo Cunene, circunscrição do Cuamato e circunscrição do Curoca.

Art. 52.º Na província de Angola existirão as intenções a seguir discriminadas e delimitadas:

1) Intendência do Zaire, com sede em Santo António do Zaire: circunscrição de Noqui e área não urbana do concelho de Santo António do Zaire;

2) Intendência do Congo, com sede em Maquela do Zombo: áreas não urbanas dos concelhos do Zombo e S. Salvador do Congo, circunscrição do Cuando e circunscrição de Macocolo;

3) Intendência do Cuando-Cubango, com sede em Vila Serpa Pinto: circunscrição de Menongue, circunscrição de Cuito-Cuanavale, circunscrição do Baixo Cubango e circunscrição do Cuando;

4) Intendência do Cunene, com sede em Forte Roçadas: circunscrição dos Cambos, circunscrição do Baixo Cunene, circunscrição do Cuamato e circunscrição do Curoca.

Art. 53.º Compete ao governador-geral criar e suprimir concelhos, circunscrições, freguesias e postos administrativos e bem assim fixar as respectivas designações, áreas e sedes, excepto se as alterações implicarem modificação das áreas dos distritos.

§ único. As designações devem, quanto possível, basear-se na toponímia metropolitana ou em designações já consagradas noutras províncias ultramarinas portuguesas.

Art. 54.º As autoridades administrativas são as referidas na base XLVII da Lei Orgânica do Ultramar e a sua competência será a estabelecida na lei administrativa.

Art. 55.º As câmaras municipais serão presididas por pessoa diferente do administrador do concelho, nomeada pelo governador-geral, quando em diploma legislativo for reconhecido que o desenvolvimento do concelho o justifica, tendo em atenção a população, as receitas, os serviços municipais e outros elementos estabelecidos na lei administrativa.

§ 1.º O cargo de presidente da câmara será remunerado sempre que o desenvolvimento do concelho o justifique, podendo, pelo mesmo motivo, ser declarado incompatível com o exercício efectivo de outras funções públicas.

§ 2.º O governador-geral, em diploma legislativo, definirá os casos em que haverá lugar a remuneração, o quantitativo e o regime deste.

CAPITULO V

Disposições gerais e transitórias

Art. 56.º Salvo declaração especial, as leis e mais diplomas entrarão em vigor na província nos seguintes prazos, contados da sua publicação no *Boletim Oficial*:

- 1 — Cinco dias, no concelho de Luanda;
- 2 — Quinze dias, em todo o restante território.

Art. 57.º Os serviços da província continuam a reger-se pelos respectivos diplomas orgânicos actualmente em vigor, nos quais serão introduzidas as alterações necessárias à sua adaptação ao sistema estabelecido pela Lei Orgânica do Ultramar e por este estatuto.

Art. 58.º O governador-geral poderá, nos noventa dias que se seguirem à publicação deste estatuto, alterar os actuais limites dos distritos do Congo, Luanda e Cuanza-Norte, modificando para esse efeito os limites dos concelhos de Ambriz, Dande, Dembos, Ambaca e Cazengo e dos concelhos ou circunscrições que com estes confinam.

Art. 59.º O presente estatuto entrará em vigor em todo o território da província no dia 1 de Agosto de 1955, observando-se o seguinte:

a) O governador-geral providenciará para que o Conselho Legislativo possa funcionar ainda no corrente ano, na época prevista pelo artigo 30.º, sem dependência dos prazos estabelecidos neste estatuto;

b) O Conselho de Governo começará a funcionar com a sua nova constituição a partir da primeira reunião do

Conselho Legislativo, mantendo até essa data a sua actual competência.

c) O primeiro dos períodos referidos no artigo 22.º terminará em 31 de Dezembro de 1958.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Julho de 1955. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Angola. — *M. M. Sarmento Rodrigues*.

Decreto n.º 40 226

As bases v e xcii da Lei n.º 2066, de 27 de Junho de 1953 (Lei Orgânica do Ultramar) mandam decretar o estatuto político-administrativo de cada uma das províncias ultramarinas.

Nestes termos, ouvidos o governador-geral e o Conselho de Governo da província de Moçambique, e bem assim o Conselho Ultramarino;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

ESTATUTO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

CAPITULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º A província de Moçambique abrange o território português situado na África Oriental.

Art. 2.º A província de Moçambique é pessoa colectiva de direito público e goza de autonomia administrativa e financeira, de harmonia com a Constituição Política, a Lei Orgânica do Ultramar e o presente estatuto.

§ único. A capital da província é a cidade de Lourenço Marques.

Art. 3.º A representação da província compete ao governador-geral ou, para actos determinados, a quem este designar. A representação nos tribunais far-se-á nos termos da base LXVI da Lei Orgânica do Ultramar.

CAPITULO II

Órgãos de governo próprios da província

Art. 4.º Os órgãos de governo próprios da província são o governador-geral, o Conselho Legislativo e o Conselho de Governo, que se regerão pelas disposições respectivas da Lei Orgânica do Ultramar e do presente estatuto.

§ único. O governador-geral será coadjuvado no exercício das suas funções executivas pelo secretário-geral e poderá sê-lo também por dois secretários provinciais.

SECÇÃO I

Do governador-geral

SUBSECÇÃO I

Disposições gerais

Art. 5.º O governador-geral é, em todo o território da província, o mais alto agente e representante do Governo da Nação Portuguesa e goza das honras que competem aos Ministros do Governo da República, tendo precedência sobre todas as entidades civis e militares que sirvam ou se encontrem naquele território, excluindo o Presidente da República, o Presidente do